

**A DIMENSÃO POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO BRASILEIRO DE  
GOIÁS-GO NO CONTEXTO DA TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL E  
PATRIMONIALIZAÇÃO (1937-2001)**

**Marcello Rodrigues Siqueira**

(UEG/UFRJ/FAPEG)

marcello@ueg.br ou marcelloueg@hotmail.com

59

**Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna**

(UFRJ/Orientadora)

marialucia@ccje.ufrj.br ou marilu@ie.ufrj.br

## **Introdução**

Neste resumo expandido busca-se apresentar e discutir alguns dos resultados parciais de uma pesquisa de doutoramento que está sendo realizada junto ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED) do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) cujo objeto de investigação é o município brasileiro de Goiás (também conhecido como Vila Boa, Cidade de Goiás ou Goiás Velho). O município já foi capital do Estado de Goiás e em 2001 foi reconhecido pela UNESCO como sendo Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Humanidade. Assim, o recorte temporal abrange um período de 64 anos, aproximadamente, compreendendo dois momentos distintos e essenciais para se pensar os rumos do desenvolvimento para o município: a transferência da capital do Estado (1937) e a patrimonialização no município (2001).

No primeiro momento, aborda-se a transferência da capital ocorrida em 23 de março de 1937 quando foi assinado o decreto nº. 1.816 mudando definitivamente a capital do Estado de Goiás de Vila Boa para Goiânia. A transferência idealizada por vários dirigentes ao longo da história política do Estado só efetivou-se no governo de Pedro Ludovico Teixeira à época da Revolução de 1930. Este, em meio à oposição e resistência política, buscou apoio do governo federal para consolidar esse ideal. Assim, desenvolve-se uma verdadeira batalha político-ideológica entre mudancistas e antimudancistas, ou seja, entre aqueles que defendiam a mudança da capital e os seus opositores.

De certa forma acredita-se que o embate sobre a transferência da capital desenvolve-se sob a perspectiva do desenvolvimento. De acordo com Borges (1996), com a nova capital o Estado de Goiás teria se inserido na economia de mercado atendendo ao projeto de *modernização conservadora*. Nas palavras do autor,

Em Goiás, sociedade agrária tradicional, a ação política do Estado como planejador e executor das mudanças socioeconômicas e culturais foi de fundamental importância para a modernização da sociedade regional. Após o Movimento de 30, o poder público passou a intervir sistematicamente nas diferentes esferas que compunham a vida social. No âmbito econômico e institucional, criou mecanismos que proporcionaram o ajustamento da economia goiana ao novo padrão de acumulação que estava sendo implantado no país. Representando o poder central e os interesses das forças oligárquicas dissidentes, o governo revolucionário goiano, na figura do interventor Pedro Ludovico Teixeira, impôs ao estado um projeto de modernização conservadora que veio ao encontro dos interesses do setor agrário local mais progressista (do ponto de vista econômico) e do capital comercial e industrial do Sudeste (BORGES, 1996, p. 40-41).

Mas, no segundo momento, quando o órgão responsável pela instituição do Patrimônio Nacional, então denominado Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) chegou ao município de Goiás, no início da década de 1950, para realizar o tombamento dos principais edifícios públicos e religiosos, os vilaboenses ainda não haviam se recuperado de uma grave crise econômica e social que assolou o município após a transferência da capital. De acordo com Delgado (2005) “a cidade ainda vivia o trauma da transferência da capital para Goiânia, ocorrida em 1937” e identificavam o “tombamento com o atraso, a estagnação da cidade”, enquanto que o “sonho de Goiás era crescer, se igualar à Goiânia” (DELGADO, 2005, p. 116).

Para Chuva (2009, p. 106-112), “dentre as características históricas mais significativas do processo de construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil estava a associação entre *modernidade* e *tradição*”. No caso de Goiás, esta associação pode ser percebida por meio da promoção anual do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA)<sup>1</sup> realizado desde junho de 1999, e, sobretudo, com a conquista do título de Patrimônio da Humanidade em 2001.

Desde então, com bem lembra Jacques (2008), a competição local por turistas ou empreendedores estrangeiros é acirrada. Algumas municipalidades com alguma tradição cultural, histórica ou ambiental como Goiás – ou não – se empenham para melhor vender a imagem de marca das suas cidades, em detrimento das necessidades da própria população local, ao privilegiar basicamente o visitante, através de seu maior chamariz: o espetáculo. Daí, a idéia de *modernização excludente*. O patrimônio cultural urbano passa, assim, a ser visto como uma reserva, um potencial de espetáculo a ser explorado. Para a autora, essa contradição pode ser explicada:

(...) cada vez mais essas cidades precisam seguir um modelo internacional extremamente homogeneizador, imposto pelos financiadores multinacionais dos grandes projetos de revitalização urbana, sejam essas agências multilaterais ou outros.

<sup>1</sup> O FICA nasceu ainda em 1998, com a idéia de ampliar as ligações da Cidade de Goiás com o mundo inteiro, e sua primeira edição surgiu em 1999. A primeira sessão do FICA foi realizada na Cidade de Goiás entre os dias 02 e 06 de junho de 1999, durante a Semana do Meio Ambiente. Sua promoção foi realizada pelo Governo do Estado de Goiás através da FUNAPEL/FEMAGO/SANEAGO/CELG.

Esse modelo visa, basicamente, ao turista internacional – e não o habitante local – e exige certo padrão mundial, um espaço urbano tipo, padronizado (JACQUES, 2008, p. 32).

Neste contexto, percebe-se uma espetacularização, industrialização, estandardização dos bens culturais. A venda dos bens culturais é reduzida a venda de uma mercadoria; dando-se maior importância ao objeto a ser comercializado do que as necessidades da coletividade produtora da mercadoria, atribuindo-se aos bens culturais um valor econômico. Conforme Berthoud *apud* Sachs (2000), o mercado muitas vezes se apresenta como o único caminho para o desenvolvimento e ordenamento social, onde tudo o que pode ser fabricado também pode ser vendido. Entretanto, todo cuidado é necessário ao atribuir valor aos bens culturais para que não se cometa o erro de se valorizar muito mais a mercadoria do que o bem cultural produzido por uma coletividade.

Portanto, acredita-se que patrimonialização deve ser usada como fator de desenvolvimento social. Uma reflexão mais complexa e crítica sobre a patrimonialização e as práticas de intervenção política que lhe são tributárias tornam-se cada vez mais urgente com relação a Goiás. A questão merece ser revista de forma mais aprofundada teórica e empiricamente. O que são exatamente esses Patrimônios da Humanidade a serem ou não preservados e requalificados? E o que dizer do uso contemporâneo que se faz da cultura como estratégia principal das políticas de desenvolvimento?

## Metodologia

A discussão sobre desenvolvimento é complexa em virtude da amplitude de considerações que devem ser observadas. Por isso, o desenvolvimento é compreendido segundo diferentes concepções, desde o conceito estritamente econômico, que privilegia o crescimento da renda, até o humano-social, que enfatiza a melhoria das condições de vida das pessoas.

Para fins desta pesquisa, não apenas é necessária uma determinada perspectiva para o desenvolvimento em si, mas também uma metodologia capaz de observar como as intervenções políticas, a transferência da capital e a patrimonialização, afetaram a vida das diferentes pessoas no município de Goiás. Buscou-se então realizar uma pesquisa de avaliação (*evaluation research*) *ex post* ou somativa visando trabalhar com impactos e processos concentrando-se, sobretudo, na eficácia e no julgamento de valor geral.

A metodologia proposta de avaliação de impactos *ex post* apresenta-se composta pelas seguintes etapas: 1) Coleta e análise de dados secundários; 2) Identificação de grupos focais (grupos de pessoas diretamente atingidos em suas atividades); 3) Aplicação de entrevistas temáticas para

coleta de dados primários; 4) Análise de agrupamento; 5) Elaboração de indicadores; 6) Aplicação de metodologias de valoração de impactos políticos, econômicos e socioambientais.

Por meio das entrevistas busca-se abordar os seguintes temas: 1) Administração Pública; 2) Demografia; 3) Infraestrutura; 4) Mercado de trabalho e economia local; 5) Mercado Imobiliário; 6) Oferta de serviços públicos; 7) Organização da sociedade civil; 8) Qualidade de vida.

As entrevistas foram precedidas por um momento preparatório no qual os colaboradores foram esclarecidos sobre os objetivos do projeto e a dimensão de sua participação, bem como as condições de utilização dos depoimentos fornecidos, depois de trabalhados e transformados em documento escrito. Uma filmadora Sony HVR-HD1000 Profissional e uma máquina fotográfica Canon EOS 5D Mark II objetiva EF 24-105 mm f/4L IS USM foram utilizados como material de registro. A elaboração e utilização de questões preestabelecidas permitiram que a narrativa se concentrasse na temática central e os detalhes da vida pessoal do entrevistado foram considerados à medida que se vinculavam ao assunto proposto (MEIHY, 1998, p. 41.42).

No que toca à imagem fotográfica, uma série de dados mostraram-se bastante reveladores e extremamente poderosos para descrever ou dar conta de uma dada realidade. Por outro lado, sabe-se que apesar de sua aparente credibilidade, nelas também podem ocorrer omissões intencionais, acréscimos e manipulações de toda ordem (Cf. KOSSOY, 2001, p. 153-154).

Segundo Mingoti (2007), a análise de agrupamento aplicada *ex post*, por sua vez, permitiu tratar os dados obtidos na pesquisa de campo, estabelecendo uma hierarquização das respostas, agrupando-as em função do apoio ou não às políticas. Apesar dos diferentes valores e interesses entre grupos, buscou-se estratégias para enfrentar as dimensões mais importantes do sistema, como limites sociais e culturais. O agrupamento de respostas homogêneas permitiu ordenar as opiniões de diferentes grupos da população em relação aos impactos.

Em relação aos conflitos, os indicadores são as ferramentas que podem auxiliar a compreender e mensurar o nível de dependência de setores da população em relação a determinadas atividades econômicas e culturais e podem ser um “termômetro” da possibilidade de conflitos e ações na justiça. Conforme recomendam Veleza e Elenbecker (2001), os critérios para a seleção dos indicadores foram os seguintes: Disponibilidade e confiabilidade das fontes de informação; Existência de dados estatísticos; Representação dos componentes e a importância setorial regional e local; Abordagem holística, que integre e inclua aspectos qualitativos e quantitativos.

Os indicadores socioeconômicos propostos visaram associar o desenvolvimento econômico com a variação da qualidade de vida da população em geral afetada e de grupos diretamente

afetados pelas políticas. A aplicação desses indicadores para avaliação *ex-post* dos impactos dependeu dos dados coletados junto a secretaria municipal e estadual, do IBGE, do Ipea, do DATASUS e outros que foram coletados através de entrevistas, em pesquisa de campo, para informações mais precisas. Ressalta-se que a aplicação, em maior ou menor grau, dos indicadores propostos dependeu da disponibilidade das informações necessárias.

## Resultados e discussão

Em Goiás busca-se o desenvolvimento local há séculos pela via prática, quando os atores locais começaram a enfrentar problemas concretos de gestão e crescimento do próprio território. Contudo, com a transferência da capital, os problemas se agravaram com a diminuição da arrecadação, decrescimento econômico e evasão populacional. Desde então, tem sido implementadas uma série de políticas patrimonializantes com o objetivo de promover o desenvolvimento. Mas, se por um lado, elas colocaram em evidência um “tesouro” da Nação, por outro, tem dificultado a instalação de indústrias no município e a realização de certos empreendimentos dificultando a geração de novos empregos.

Mesmo antes da transferência definitiva da capital em 1937 ou de Getúlio Vargas anunciar a famosa Marcha para o Oeste em 1938, o confronto entre capital e trabalho já era uma realidade. A Companhia Estrada de Ferro Goiás abriu caminhos e trouxe consigo uma quantidade enorme de posseiros e trabalhadores rurais sem terra. Esta situação foi agravada em fins dos anos 40 com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) em 1941 e pela propaganda do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo) que sinalizava a promessa de doação de terras e ajuda técnica pelo governo. Mas, com a expansão capitalista característico do modelo de desenvolvimento iniciado a partir da década de 50 trouxe à luz contradições de um cenário que, no campo, apontava para uma situação de miséria face às condições de trabalho existentes e também à concentração fundiária que se constituía em um dos pilares inalterado do sistema político brasileiro. Neste momento (1964/1965), o Estado de Goiás já era considerado “o *locus* de maior conflito político sindical do Brasil” (GUIMARÃES, 2004, p. 229).

Assim, acredita-se que as elites e o Estado se associaram buscando, ao mesmo tempo, garantir a expansão capitalista, defender o patrimônio histórico e artístico nacional do “abandono” e dos “dilatadores” e manter o *status quo* diante da “ameaça camponesa” por meio do que se denomina *modernização excludente*. No caso do município de Goiás, o início dos tombamentos dos principais monumentos históricos coincide com a fase mais aguda dos conflitos agrários. À medida que o

processo de patrimonialização avança, o processo de reforma agrária também caminha. Em 2001, a “Cidade de Goiás” é tombada como Patrimônio Histórico e Ambiental da Humanidade. Não por acaso, o município já se configura como “o *locus* com maior número de assentamentos por Reforma Agrária do Brasil” (COELHO, 1997). No total são 22 assentamentos abrangendo uma área total de 27.411,59 ha, com 647 famílias assentadas (INCRA, 2007).

As pesquisas de campo revelaram também que embora menos intenso que nas décadas de 1970 e 1980, o chamado êxodo rural ainda é um grave problema. A migração para outras cidades – principalmente Goiânia e Itaberaí – é notória e atinge principalmente jovens e mulheres, que não encontram estímulos para permanecer em Goiás e alimentam perspectivas de dias melhores. Por meio da análise dos dados levantados junto ao IBGE, no período compreendido entre 1990 e 2010 foi possível perceber o decréscimo populacional de Goiás em relação ao município vizinho de Itaberaí. Em 1990, a população de Itaberaí (24.852 habitantes) era menor que a de Goiás (27.782 habitantes). Nos dez anos seguintes, Itaberaí (27.879 habitantes) apresentou um índice populacional praticamente igual a Goiás (27.120). Mas, a partir dos anos 2000 até 2010, Itaberaí (35.412 habitantes) ultrapassa Goiás (24.745 habitantes). Enfim, de 1990 a 2010, ou seja, em 20 anos Goiás perdeu aproximadamente 3.037 habitantes enquanto o município vizinho de Itaberaí obteve um acréscimo populacional de aproximadamente 10.560 habitantes (Cf. IBGE, Cidades, 2010).

Kuznets (1974) afirma que o crescimento econômico envolve um aumento na produção per capita, ou por trabalhador, acompanhado, frequentemente, de um aumento populacional e, geralmente, de grandes mudanças estruturais, isto é, mudanças nas instituições ou práticas sociais e econômicas. A partir deste ponto de vista, comparando-se os PIBs de Itaberaí e Goiás percebe-se que o PIB de Itaberaí (391.936.000) é significativamente superior ao PIB de Goiás (214.036.000). Portanto, Goiás além de não acompanhar o crescimento populacional de Itaberaí, também teria apresentado menor crescimento econômico (Cf. IBGE/SUFRAMA, 2008).

Entretanto, conforme Sen (2000) a concepção mais adequada do desenvolvimento deve ir além da simples acumulação de riquezas e do crescimento do Produto Interno Bruto, relacionando-se diretamente com qualidade de vida da população local e com suas liberdades. Então, parte-se para outros indicadores de desenvolvimento.

De acordo com Prizibiszki (2008), “a simpática cidade de Goiás, eleita patrimônio da humanidade pela Unesco em 2001, para muitos moradores é agradável somente na época do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), realizado sempre nas primeiras

semanas de junho. No resto do ano, o grave problema de coleta e deposição irregular de lixo é que rouba a cena” (Cf. PRIZIBISCZKI, 2008).

O município produz diariamente cerca de 18 toneladas de lixo. Todo esse material, no entanto, não é coletado nem depositado de maneira correta. Segundo Rodrigo Santana<sup>2</sup>, geólogo e ex-diretor do Departamento de Meio Ambiente da Prefeitura da Cidade de Goiás, “quando há coleta, o lixo é transportado em caminhões improvisados, de caçamba aberta, e depositado em um aterro completamente irregular” (SANTANA *apud* PRIZIBISCZKI, 2008).

A situação do lixo no município de Goiás se tornou tão grave que em março de 2007 o Ministério Público entrou com uma ação civil pública contra o prefeito da cidade e determinou que o aterro sanitário fosse construído no prazo de um ano. A ação também proibiu o uso de caçambas e containers, que a prefeitura espalhou pela cidade como alternativa para o problema da coleta. Mas, hoje o que se vê é uma enorme área praticamente abandonada. O descaso é percebido ainda no caminho para o depósito, já que por toda a estrada é possível encontrar materiais caídos dos caminhões de coleta. No local, o lixo é depositado sem nenhum cuidado e há várias lagoas de chorume, o que atrai moscas, ratos e outros animais.

De acordo com a Secretaria de Infraestrutura do Estado de Goiás – SEINFRA, a maior parte do Estado não dispõe de esgoto. São 182 municípios - ou 74% do total de 246 - sem coleta, índice que coloca o Estado de Goiás entre os mais desprovidos do serviço no Brasil. O município de Goiás, apesar de possuir o título de Patrimônio Histórico e Ambiental da Humanidade, inclui-se entre aqueles que não possuem um sistema de tratamento de esgotos (SEINFRA, 2011).

Enfim, por meio desta pesquisa foi possível constatar que a satisfação das necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento. Para tanto, depende em parte de que se consiga o crescimento potencial pleno, e o desenvolvimento sustentável exige claramente que haja crescimento econômico, desde que esse crescimento reflita os princípios amplos da sustentabilidade e da não exploração dos outros. Por isso, o desenvolvimento sustentável exige que as sociedades atendam às necessidades humanas, tanto aumentando o potencial de produção quanto assegurando a todos as mesmas oportunidades.

Mas, conforme se verificou teórico e empiricamente nesta pesquisa, o município de Goiás não tem garantido nem um e nem outro. Pelo contrário, a cidade está passando por um processo de

---

<sup>2</sup> Também é secretário-executivo da ONG local “Núcleo Consciência e Cidadania”.

decrecimento socioeconômico e ao mesmo tempo degrada o meio ambiente de forma surpreendente, principalmente, quando se trata de um Patrimônio Ambiental da Humanidade.

## Considerações finais

Ao ser propalado como um imperativo necessário para o futuro, uma meta a ser alcançada por todos os povos, independente de suas diversidades, a idéia de desenvolvimento transformou-se num mito, o chamado “mito do desenvolvimento” proposto por Furtado (1974), que levou a uma crença cega de que era necessário sacrificar tudo por ele e que todos os esforços deveriam ser canalizados para atingir o modelo das “modernas sociedades industriais”.

O conceito de desenvolvimento tem usos e significados distintos. Mas, tornou-se um alvo dificilmente atingível, esboçado pelos países de primeiro mundo, a ser perseguido e conquistado pelos países em vias de desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento tornou-se uma verdade quase absoluta colocada às populações. Mas qual é o tipo de desenvolvimento que se quer? Um desenvolvimento voltado para a produção e reprodução de desigualdades, ou outra forma de desenvolvimento baseada na satisfação das necessidades básicas gerando o bem-estar? Espera-se que as novas reflexões sobre desenvolvimento possam oferecer subsídios a estas e outras questões.

## Referências

- BERTHOUD, Gérald Mercado. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 132-154.
- BORGES, Barsanufio G. A expansão da fronteira agrícola em Goiás. **História Revista**, 1(2): 37-55, jul./dez. 1996.
- CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória**. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- COELHO, José Braga. **Entre a conquista e a permanência na terra: formas de luta no Assentamento Mosquito no Município de Goiás-GO, 1986/2006**. 172 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás – Instituto de Estudos Sócio Ambientais, 2007.
- DELGADO, Andréa Ferreira. **Goiás: a invenção da cidade patrimônio da humanidade**. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 11, nº. 23, p. 113-143, jan/jun. de 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a07v1123.pdf>> Acesso em 24 de setembro de 2011.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/cidadesat/ufs/go\\_map.php?r=2&acc=1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/ufs/go_map.php?r=2&acc=1). Diversos acessos em dezembro de 2010 e janeiro de 2011.
- INCRA. **Relação e dados dos assentamentos rurais de Reforma Agrária existentes no município de Goiás-GO (1986 – 2005)**, 2007.
- IPT/CEMPRE. **Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado**. 1 ed.: Instituto de Pesquisas Tecnológicas, São Paulo, Publicação IPT 2163, 1995.

- JACQUES, Paola Berenstein. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo?. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, América do Norte, 6, dez. 2008. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3229/2347>. Acesso em: 15/05/2011.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- KUZNETS, S. **O crescimento econômico moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo. Cultrix, 1995
- MINGOTI, S. A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada**: uma abordagem aplicada. Editora UFMG. 2007.
- PRIZIBISCZKI, Cristiane. **Lixo em cena**. Reportagem publicada em 25 de Junho de 2008. Disponível em: <http://www.oeco.com.br/reportagens/2276-oeco28183>. Acesso em 13 de fevereiro de 2012.
- SEINFRA. Secretaria de Infraestrutura do Estado de Goiás. **Mesmo com contas no azul, Saneago terceiriza esgoto**. Notícia publicada em 12 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.seinfra.go.gov.br/post/ver/121362/mesmo-com-contas-no-azul-saneago-terceiriza-esgoto>. Acesso em 17 de fevereiro de 2012.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- VELEVA, V.; ELLENBECKER, M. Indicators of Sustainable Production: Framework and methodology. **Journal of Cleaner Production**, n. 9, p. 519-549, 2001. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science>>. Acesso em: 12 maio 2012.

## Abstract

In principle, the development does not include descriptions of the type economic, social, political, cultural, among other. The development must be manifested simultaneously in all dimensions. Nevertheless, we start from the premise that if there is some dimension more decisive for the development process is the policy. So that the analysis of the political dimension of development would mean for the transfer of the state capital of Goiás and the heritage process for the city of Goiás-GO? To answer this - and other issues - refers to the theories of development and underdevelopment.